

ESPAÇO SCHENGEN

Livre circulação na Europa está por agora livre de perigo

Proposta franco-alemã de instituição de controlos em caso do aumento da pressão migratória não vinga. Restantes países da União consideram-na uma manobra eleitoral de Sarkozy

Isabel Arriaga e Cunha,
Bruxelas

Como previsto, a brecha que Nicolas Sarkozy tentou abrir no espaço Schengen sem controlos nas fronteiras internas foi desvalorizada pelos restantes países da União Europeia (UE), que a encaram sobretudo como uma manobra eleitoral discutível do Presidente francês na corrida à sua própria sucessão.

Este distanciamento face à iniciativa francesa ficou patente esta semana durante uma reunião dos ministros da Administração Interna da UE. Nessa ocasião, o ministro francês, Claude Guéant, com o apoio do homólogo alemão, Hans-Peter Friedrich, defendeu que os governos deverão ter a possibilidade de reinstaurar unilateralmente as suas fronteiras com os restantes em caso de pressão migratória anormal.

A questão não estava na ordem do dia, e os dois ministros não pediram o seu agendamento, contentando-se com uma breve apresentação no ponto da ordem do dia dedicado a "outros assuntos". Tal não fez mais do que confirmar a convicção dos parceiros de que o verdadeiro objectivo da iniciativa era proporcionar um número mediático em plena campanha eleitoral para a segunda volta das eleições presidenciais francesas de 6 de Maio. A ministra belga, Joëlle Milquet, reconheceu que se sentiu "instrumentalizada".

A proposta suscitou o apoio da Hungria, Áustria e, segundo alguns relatos, da Espanha, mas a oposição firme de Portugal, Luxemburgo e sobretudo Suécia. Os restantes não se pronunciaram.

Apesar deste distanciamento, a proposta caiu mal entre os parceiros, que assistem consternados ao endurecimento do discurso anti-imigração de Sarkozy na caça aos eleitores da extrema-direita.

"Os franceses não querem uma 'Europa passador'", afirmou Sarkozy no dia a seguir à votação, o que foi largamente interpretado como uma mensagem aos extremistas. "Se a Europa não pode defender as suas fronteiras, a França fá-lo-á. Acabou-se a Europa que não controla os seus fluxos migratórios", prometeu.

"Infelizmente, os ventos do populismo ameaçam uma das grandes realizações da integração europeia: a livre circulação de pessoas no seio da UE", reagiu Herman van Rompuy, presidente do Conselho Europeu.

Os 25 países do espaço Schengen (22 membros da UE menos o Reino Unido, Irlanda, Chipre, Roménia e Bulgária, mais a Suíça, Noruega e Islândia) assumiram o compromisso de desmantelar os controlos nas fronteiras internas e transferi-los para as externas, que passam a ser de todos, com base em normas comuns.

As actuais regras já autorizam os Estados a repor temporariamente as fronteiras em situações de ameaça à ordem pública ou segurança interna, nomeadamente em grandes

eventos desportivos ou reuniões internacionais, como aconteceu com o Euro 2004 e a cimeira da NATO em Portugal.

Sarkozy quer acrescentar a este leque de derrogações os fluxos migratórios anormais, o que é recusado pela maioria dos parceiros.

"Se há uma ameaça às portas de um país, as actuais regras já permitem a instituição de fronteiras", afirma Carlos Coelho, eurodeputado do PSD. Ao invés, se por causa de "uma ameaça difusa e distante", em que "um primeiro-ministro acorda de manhã e considera que vêm aí muito emigrantes e se fecham as fronteiras, é o fim da livre circulação".

Uma das maiores surpresas nos outros países foi a associação do ministro alemão à proposta francesa, apesar da distância assumida pelo Governo de Berlim. "A liberdade de viajar na Europa não é negociável", afirmou esta semana o ministro dos Negócios Estrangeiros, Guido Westerwelle. "O nosso dever é garantir a segurança das fronteiras externas de modo a tornar as medidas nacionais supérfluas", acrescentou.

Jean Asselborn, chefe da diplomacia do Luxemburgo, reconhece que os franceses têm razão quando visam a Grécia e as suas dificuldades de controlo da fronteira com a Turquia. "É verdade que 90% dos refugiados entram pela Grécia, mas a UE é um clube de solidariedade e é por isso que temos de ajudar os gregos a resolver os seus problemas, não é com o recurso a soluções nacionais."



FILIPPO MONTEFORTE/AFR

Clandestinos em Lampedusa, em 2011. A pressão migratória é um problema da UE



“**Infelizmente, os ventos do populismo ameaçam uma das grandes realizações da integração europeia**”

Herman Van Rompuy

ENTREVISTA COM CARLOS COELHO

“Por razões económicas, a França não se pode dar ao luxo de fechar fronteiras”

Carlos Coelho, eurodeputado do PSD, é responsável no Parlamento Europeu (PE) sobre as negociações relativas à reforma das regras de Schengen

Se fosse aprovada, a proposta francesa para permitir aos Estados reintroduzirem unilateralmente fronteiras em caso de pressão migratória seria o fim do espaço Schengen de livre circulação?

Sem dúvida. Schengen significa liberdade de circulação, ou seja, que não há controlos nas fronteiras internas, apenas nas externas. Qualquer pretexto para reintroduzir fronteiras internas é uma ameaça à livre circulação. Hoje os Estados já o podem fazer, a título excepcional. Aumentar o leque de possibilidades será pôr Schengen em causa.

Mas os governos e o PE estão a negociar uma reforma das regras de Schengen. Porquê?

Por iniciativa da França, o Conselho Europeu de Junho de 2011 pediu à Comissão Europeia para apresentar propostas destinadas a permitir o fecho de fronteiras em casos extremos, nomeadamente fluxos

migratórios. Há duas propostas em discussão, sobre o sistema de avaliação de Schengen e sobre a reintrodução de fronteiras. Neste último caso, o que Nicolas Sarkozy quer é, para lá dos casos excepcionais já previstos, que os Estados tenham o poder de repor fronteiras de forma unilateral. Mas isso é um número para a campanha eleitoral que nunca passará no PE e Sarkozy sabe-o. Uma das nossas linhas vermelhas, aliás, é que é xenófobo olhar para a imigração como uma ameaça – a imigração até pode, em doses razoáveis, ser uma oportunidade. A outra proposta refere-se ao reforço da avaliação de Schengen, porque somos muito exigentes com os países candidatos à adesão à UE, mas não estamos a ser rigorosos e sérios com os países que já estão dentro de Schengen. Há vários relatórios que indicam problemas de segurança nas fronteiras externas em vários países, incluindo nos portos marítimos em França. Só que os relatórios são fechados numa gaveta e ninguém faz nada, porque é uma avaliação inter-



pares, protegem-se uns aos outros.

Qual é a solução?

O que eu quero, tal como a Comissão, é “comunitarizar” a avaliação. Ou seja: em vez de serem os Estados a avaliarem-se reciprocamente, que seja a Comissão a liderar o processo, com a ajuda dos gGovernos. Quando for detectado um problema de incumprimento das regras, o Estado é advertido e, se precisar de ajuda para o enfrentar, há mecanismos para isso. Mas se o problema subsistir, porque é de difícil resolução ou porque o Estado está a ser negligente, só nessa circunstância é que eu aceito que a manutenção de um problema na fronteira externa

se torna num problema de segurança interna. E, nesses casos, a Comissão terá de propor a reintrodução de controlos, para decisão do Conselho de Ministros – ou seja, o processo só pode ser desencadeado pela Comissão e terá de ser sempre a consequência da avaliação, não pode ser porque um primeiro-ministro acha que há muitos emigrantes e fecha a fronteira.

Sarkozy diz que, se for reeleito e não conseguir obter o que quer no prazo de um ano, retira a França do espaço Schengen...

Quero ver como é que ele isola a França! Em Portugal, já seria difícil repor controlos em todas as estradas com Espanha, agora imagine-se o que seria em França, no centro da Europa e com o volume gigantesco de tráfego que é o seu. Obrigar aqueles carros todos a parar provocaria filas de quilómetros! E o transporte de mercadorias? A ameaça de Sarkozy é vã: além dos protestos de milhões de pessoas, seria uma ruína económica! Por razões económicas, a França não se pode dar ao luxo de fechar as fronteiras.

Contradições francesas sobre a Europa

Comentário
Isabel Arriaga e Cunha,
Bruxelas

Já se sabe, em época de crise económica, são os “estranhos” que pagam as favas. Em França, os “estranhos” são cada vez mais os imigrantes, a Europa e a globalização.

Não é de estranhar que a Frente Nacional populista de Marine Le Pen procure explorar estas três frentes enquanto bodes expiatórios de todos os males do país.

Que o ainda Presidente francês, Nicolas Sarkozy, assuma o mesmo tipo de discurso estigmatizante e antieuropeu já é surpreendente, grave e perigoso.

Durante o seu mandato de

cinco anos, Sarkozy foi um firme defensor da coesão europeia e até da integração, sobretudo no plano económico. A expressão “governo económico europeu” é uma invenção francesa que Sarkozy assumiu como um combate de todos os dias para assegurar um mínimo de coerência no seio da zona euro, assegurar a solidariedade da Alemanha e travar a especulação financeira.

“Harmonização máxima” é outra faceta do combate francês na frente da regulação financeira, para evitar que um país quebre unilateralmente as regras comuns com a adopção de normas mais duras, ou mais laxistas, para os seus bancos ou seguradoras. Senão é a concorrência desleal que se instala em pleno mercado interno,

protestam os franceses.

O que é curioso é que no que se refere ao espaço Schengen, Sarkozy assumiu a posição exactamente oposta, defendendo que os Estados deverão poder instituir unilateralmente controlos nas fronteiras internas por razões discutíveis e sem dar cavaco aos parceiros. O que equivale a rebentar com a livre circulação, uma realização que está ao mesmo nível, em termos de sucesso da integração europeia, da moeda única.

Mesmo se os peritos reconhecem que há problemas na aplicação das regras comuns de controlo das fronteiras externas, a solução para muitos países é “mais Europa”, não menos. Na proposta francesa, a solução é mais “cada um por si”, ou mesmo mais “salve-se quem

puder”. Ou seja, nesta frente, a Europa é apresentada não como possível solução, mas como o problema, em concreto para a segurança e o bem-estar nacional.

É duvidoso que a proposta vingue na UE, tanto mais que deverá ser abandonada, se Hollande ganhar as eleições.

O problema é que Sarkozy caiu na velha tentação comum a muitos outros líderes de atribuir à Europa todos os males que os afligem, mas de chamar a si tudo o que ela lhes traz de positivo, e esperar depois que os seus cidadãos aprovelem sem hesitar as decisões, tratados, Constituições ou outros projectos que lhes apresentam. Não espanta que o projecto europeu seja cada vez mais o alvo a abater dos populistas que crescem por toda a Europa.

ESPAÇO SCHENGEN

Norte da Grécia tem a fronteira mais vulnerável à pressão migratória

Depois da grande vaga de 2011 em Lampedusa, a fronteira de Itália está sob controlo, mas as rotas do Mediterrâneo continuam a ser as principais fontes de preocupação

Ana Cristina Pereira

Itália afligi-se no ano passado. Nunca vira desembarcar tantos clandestinos em tão pouco tempo. Reflexo da “primavera árabe”, que reduziu o controlo na Tunísia e na Líbia, fez disparar o número de detidos a tentar entrar na União Europeia. Agora, o ponto mais fraco é Evros, Norte da Grécia, fronteira com a Turquia e com a Bulgária.

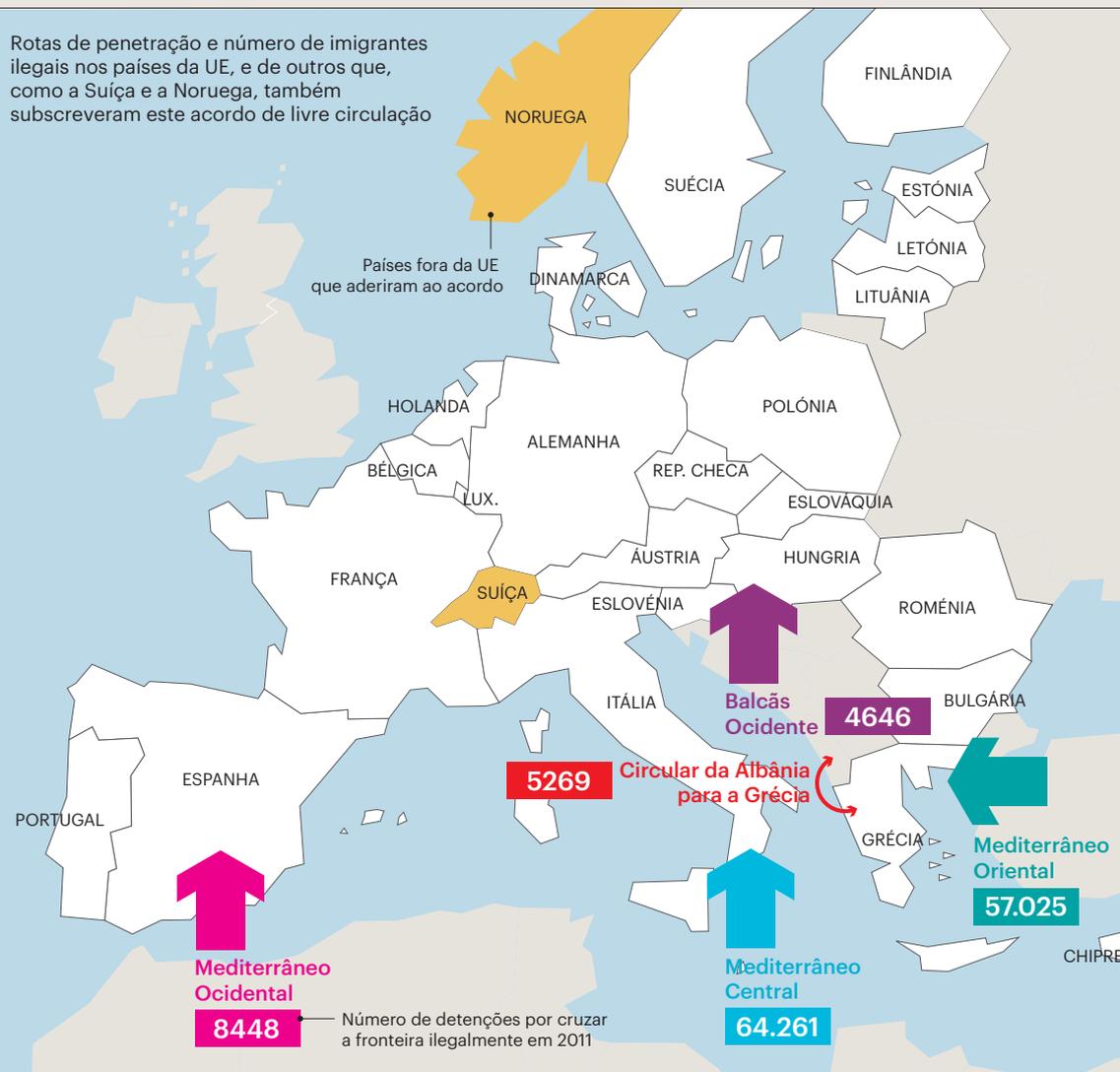
Pelas contas da Frontex, a agência que gere a Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas da UE, no ano passado, 141 mil pessoas foram detidas nas portas do espaço comunitário, mais 37 mil do que no ano anterior. À volta de 64 mil serviram-se da rota do Mediterrâneo Central, que no ano anterior detectara apenas 4450 clandestinos.

Entre Janeiro e Abril, mais de 20 mil tunisinos desembarcaram em Lampedusa, a maior de três ilhas situadas entre a Tunísia e a Sicília. Com os centros de detenção a abarrotar, Itália emitiu autorizações de residência para o espaço Schengen, enfurecendo, sobretudo, a França, destino final de muitos. Na sequência de um novo acordo de repatriamento, o número de tunisinos caiu a pique. Desembarcavam então subsarianos oriundos da Líbia, também migratório de rompante mergulhado numa guerra civil.

Tudo acalmou em Outubro, após as eleições democráticas na Tunísia, a morte de Muammar Khadafi, o domínio do Conselho Nacional de Transição na Líbia. Este ano, apenas 800 clandestinos desembarcaram em Itália. A Frontex, porém, continua preocupada com a Tunísia, a Líbia e o Egipto, “onde a instabilidade política

As zonas mais porosas do Espaço Schengen

Rotas de penetração e número de imigrantes ilegais nos países da UE, e de outros que, como a Suíça e a Noruega, também subscreveram este acordo de livre circulação



A actividade das fronteiras exteriores de Schengen



Nacionalidade de detidos por cruzar a fronteira ilegalmente, em 2011



Razões de recusa de entrada de pessoas de 10 nacionalidades mais comuns, em 2011

1867	Tem um visto ou autorização de residência falso contrafeito ou forjado
2798	Tem documentos de viagem falsos, contrafeitos ou forjados
5650	Já ficou três meses num país membro nos últimos seis meses
7810	Não tem documentos de viagem válidos
11.453	Não tem meios de subsistência
20.244	Há um alerta internacional para essa pessoa ser recusada
25.883	Não tem documentos que justifique a vontade de ficar

7378 848

7378 pessoas foram no ano passado contabilizadas nos aeroportos dos países-membros com documentos falsos

848 detectados nas várias fronteiras com documentos falsos eram da Ucrânia, 784 da Albânia, 601 de Marrocos e 451 do Irão

e as altas taxas de desemprego estão a empurrar as pessoas para fora”.

A maior dor de cabeça, agora, é a Grécia. No ano passado, 57 mil pessoas foram detidas na chamada “rota do Mediterrâneo Oriental”. Eram, sobretudo, cidadãos do Afeganistão (19 mil), do Paquistão (13 mil) e do Bangladesh (três mil) a tentar cruzar a fronteira terrestre. Muitos decididos a chegar a países europeus mais prósperos, com destaque para a Holanda, a Bélgica e a Alemanha.

No Relatório Anual de Análise de Risco 2012, a Frontex prevê que haja mais gente a aproveitar as políticas turcas de obtenção de visto e a expansão da Turkish Airlines. E alerta, de forma clara, para a “vulnerabilidade” da Grécia: as medidas de austeridade aplicadas nos Estados-membros, de que são exemplo Grécia, Portugal, Irlanda, Espanha e países bálticos, geram grandes disparidades na ca-

pacidade de controlar as fronteiras, o que dá mais hipóteses às redes de auxílio à imigração ilegal. Este ano, as autoridades já detiveram dez mil clandestinos a tentar entrar na UE por Evros.

A pressão migratória de Oriente será maior do que a estatística de detenções de fronteira revela. Desde Dezembro de 2010, os albaneses beneficiam de uma política de liberalização de vistos. A fronteira terrestre com a Grécia, que já foi uma das maiores portas de entrada, perdeu protagonismo: 35 mil em 2010 para cinco mil em 2011. Como era de prever, houve um efeito nas recusas de entrada. Os albaneses tornaram-se o grupo mais recusado (de 2324 recusas em 2010 para 15.947 em 2011). O top 5 integra a Ucrânia, a Rússia, a Sérvia e a Bielorrússia. Os brasileiros mantêm a liderança aérea, embora o seu número tenha vindo a diminuir

desde 2008 (somaram 4777 em 2011, 6178 em 2010).

Até pela profusão de companhias áreas de baixo custo, o tráfego aéreo é maior do que nunca na União Europeia. Ainda não há dados de 2011, mas, de acordo com a Eurostat, em 2010 aterraram 107 milhões de pessoas oriundas de países extracomunitários. O maior movimento registou-se nos aeroportos Londres - Heathrow (17 milhões de passageiros), Paris - Charles de Gaulle (13 milhões) e Frankfurt (11 milhões).

Há cerca de 100 nacionalidades que não precisam de visto prévio para entrar, o que cobre mais de 80% da população extracomunitária. E qualquer país do espaço Schengen pode emitir um visto que permite circular pelos 26 países que dele fazem parte. Em 2010, emitiram mais de 11,8 milhões, mais 16% do que no ano anterior, com um peso que os-

passaportes franceses ou gregos, o que abrange uma vasta gama de fraude”, refere o relatório. Pequenos aeroportos são muitas vezes usados como pontos de partida ou de chegada de quem os usa: de Atenas para Charleroi, a sul de Bruxelas, por exemplo.

Os bilhetes de identidade e os pas-

aportes tornaram-se mais sofisticados. Já por isso, as autoridades notam um aumento do uso de documentos fraudulentos para obter documentos autênticos. Máfias desenvolvem técnicas para ultrapassar verificações biométricas. As autoridades, contudo, ainda estão focadas nos documentos falsos ou falsificados e não nas identidades falsas.

Ao longo de 2011, os Estados-membros devolveram 148 mil pessoas a países terceiros. Segundo a Frontex, o país que mais o fez foi o Reino Unido. Seguiu-se a Grécia. A maior parte das pessoas era da Albânia. Em segundo lugar ficaram os tunisinos, que estavam em Itália ou em França. Tem havido dificuldades em levar à prática o acordo de retorno com a Turquia: num total de 21.542 ordens de regresso emitidas para os afegãos na Grécia, apenas 745 se efectivaram.

Fluxo abrandou em Portugal

Continuam a vir de África e da América do Sul

Portugal registou no ano passado um abrandamento da pressão migratória ilegal nas suas fronteiras. Não por acaso. Pelas medidas desenvolvidas no quadro da União Europeia, pela crise financeira internacional, pela “transformação económica e social de alguns dos tradicionais países de origem” de imigrantes, como o Brasil, arrisca o relatório anual de Segurança Interna.

Apesar de tudo, o documento divulgado este mês dá nota de “elevada pressão migratória, em particular por via aérea”, da América Central e do Sul. Brasil e Venezuela lideram esse movimento irregular de entrada no território nacional. Apanham voos directos ou indirectos (Brasil-Espanha-Portugal, sobretudo).

Ao mesmo tempo, manteve-se uma “tendência crescente” de chegadas do continente africano. Houve “sobrelotação das rotas migratórias alternativas” a par de “fortes medidas de contenção e fiscalização”. A pressão sentiu-se, em especial, na rota da África Ocidental. Recorreram muito aos aeroportos de Marrocos (Casablanca), Senegal (Dacar)

e Guiné-Bissau (Bissau), que também têm sido usados “como plataformas de migrações irregulares oriundas de países como a Nigéria, a Costa do Marfim e a República da Guiné.

O relatório dá ainda conta de entradas irregulares oriundas de países europeus extracomunitários (Ucrânia, Moldávia, Rússia). Esses imigrantes cruzam as fronteiras terrestres da Alemanha, da Polónia, da Grécia e da Áustria, com vistos de curta duração emitidos noutros países Schengen, por vezes com base em documentação fraudulenta.

Pela sua posição geoestratégica, pelas suas rotas aéreas e pela sua relação histórica e política com alguns países, Portugal é há muito uma plataforma de trânsito de africanos e sul-americanos para vários países do espaço Schengen. O relatório aponta agora o recurso aos “fluxos aéreos portugueses com o Canadá (Toronto), os Estados Unidos da América (Newark), o Brasil e o Reino Unido”, por pessoas de países como a Nigéria, a Albânia ou a China, que se servem de documentação fraudulenta para emigrar. **A.C.P.**



INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO BANCÁRIA
ISGB - THE PORTUGUESE SCHOOL OF BANK MANAGEMENT

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS

Acesso ao Ensino Superior

>23

Decreto-Lei 64/2006, de 21 Março 2006

Informações:
ISGB - Av. Barbosa du Bocage, 87, 1050-030 Lisboa
Tel.: 217 916 210 | Fax: 217 955 234
IFB - Rua Fernandes Tomás, 352 - 4º, 4000-209 Porto
Tel.: 225 194 120 | Fax: 225 102 205

e-mail: isgb@isgb.pt
www.isgb.pt

Licenciaturas 2012/2013

> Gestão Bancária
> Gestão e Sistemas de Informação

Inscrições Abertas

1ª Fase:
até 16 de Maio
Prova escrita: 23 de Maio
Entrevistas: 24 a 30 de Maio

2ª Fase:
até 4 de Julho
Prova escrita: 10 de Julho
Entrevistas: 11 a 16 de Julho

Elementos de Avaliação:

> Apreciação do *curriculum* escolar e profissional; Entrevista; Prova escrita

Curso de Preparação* para a Prova de Acesso às Licenciaturas do ISGB

1ª Edição
Lisboa e Porto: 28 de Abril e 12 de Maio
Inscrições até 23 de Abril

2ª Edição
Lisboa e Porto: 16 e 30 de Junho
Inscrições até 11 de Junho

* Duração: 12 horas
Horário: 9h - 12h e 14h - 17h
Local: Lisboa - IFB - Av. 5 de Outubro, nº 164
Porto - IFB - R. Fernandes Tomás, nº 352, 4º

Licenciaturas reconhecidas oficialmente.
* Não confere garantia de acesso. Curso "sem reconhecimento oficial".
Copyright © 2012 by ISGB/AVS Lisboa